



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

CONSELHO DE MINISTROS

REUNIÃO EM 13 DE AGOSTO DE 1974

SÚMULA DAS DELIBERAÇÕES

Presentes todos os Ministros à exceção dos Ministros da Coordenação Interterritorial e da Justiça, que se fizeram substituir respectivamente pelos Secretário de Estado do Fomento e Subsecretário da Administração Judiciária.

1. ANTES DA ORDEM DO DIA

Fundação Cuidar o Futuro

- 1.1.1. O Ministro das Finanças informou o Conselho do plano previsto para a divulgação de textos sobre a situação econômica e financeira recebida do regime de depósito em 25 de Abril.
- 1.1.2. O Ministro sem Pasta Vítor Alves lembrou que tinha ficado decidido começar-se a campanha de esclarecimento por uma alocução do Primeiro Ministro, em relação à qual necessitava fossem fornecidos elementos.
Sugeriu-se igualmente que fossem acrescentados ao grupo profissionais de rádio e de televisão para assegurar maior difusão.
- 1.1.3. O Ministro das Finanças lembrou que conviria acelerar o problema do Fundo dos Abastecimentos, visto que já se verificaram fugas de informação.



1.1.4. O Ministro sem Pasta Vítor Alves informou que se tornava necessário que os Ministros averiguassem junto dos respectivos Gabinetes as fugas verificadas em relação às notícias (Expresso) relativas ao Fundo de Abastecimentos, que já estão causando perturbações ao nível do abastecimento do açúcar, à reforma fiscal, etc.

Foram igualmente assinaladas as fugas verificadas em relação aos vencimentos dos funcionários e à designação de embaixadores (Diário de Notícias).

1.1.5. Foi deliberado adoptar-se o seguinte esquema de lançamento da campanha de esclarecimento público sobre a situação económica e financeira do País:

- a) No dia 14 os Ministérios da Economia e Finanças iniciarão a divulgação da situação de deficit orçamental, da balança de pagamentos e do Fundo de Abastecimentos. Deverá ter em atenção as necessidades próprias de linguagem rádio e televisão.
- b) No dia 16 o Primeiro Ministro fará uma comunicação ao País sobre a situação económico-social e as medidas a tomar (grandes linhas da política económica e social);
- c) No dia 17, a comunicação do Primeiro Ministro seria difundida pela imprensa com comentários.
Os comentários seriam preparados pelos Ministros da Economia e Finanças em conjunto com o Ministério da Comunicação Social;
- d) A partir das 0 horas do dia 19, entrariam em vigor os aumentos de preços.



1.1.6. Por proposta do Ministro sem Pasta Álvaro Cunhal foi deliberado que o esquema de actuações e o seu "timing" seja estabelecido por um Grupo constituído pelos Ministros sem Pasta que o preparará em contacto com os vários Ministros.

1.2. O Ministro sem Pasta Vitor Alves chamou a atenção para a necessidade dum legislação mais operacional, visando a resolução de problemas de curto prazo sem grandes preocupações de perfeccionismo.

1.3.1. O Ministro dos Assuntos Sociais solicitou orientação do Conselho quanto às novas formas de apoio de família, em que poderia utilizar-se os 2% oferecidos pela Confederação da Industria.

1.3.2. Foram levantadas objecções quanto a estes 2%, já em estudo também na Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo.

1.4.1. O Ministro dos Negócios Estrangeiros solicitou a aprovação do Conselho para a designação de embaixadores.

Foi aprovada a nomeação do

a) Dr. Mário Neves para a URSS;

b) Dr. Manuel Belo para a OCDE;

c) Dr. Adriano de Carvalho para a EFTA e GATT.



1.4.2. Quanto à designação do Engº Rogério Martins para a CEE foram postas objeções pelo Ministro sem Pasta Álvaro Cunhal.

O Ministro sem Pasta Vitor Alves solicitou o adiamento da questão, face às dificuldades postas pelo próprio Engº Rogério Martins, ainda que o Ministro da Economia considere tais dificuldades superáveis.

O Ministro sem Pasta Magalhães Mota informou que, de qualquer modo, os grupos a que o Ministro Álvaro Cunhal se referira aceitariam o Engº Rogério Martins na Confederação da Indústria, até com desculpas públicas, e foi este quem recusou.

1.5. O Ministro da Fundação Social levantou o problema da congelação de salários na TLP, pedindo orientação. A decisão é do Sr. Ministro.

1.6. Levantado pelo Ministro das Finanças o problema de mais um empréstimo a Moçambique.

Propôs ao Conselho o empréstimo de 250.000 contos e o envio de 3 técnicos a Moçambique para fazer o balanço local do Fundo Cambial.

Se necessário no próximo mês mais 250.000.

Todos a repor com o açúcar em Novembro.

2. ORDEM DO DIA

2.1. Foi aprovada a sumula da reunião de 9 de Agosto, sugerindo os Ministros



da Educação e Cultura e Economia para que se registasse a sua abstenção à votação do Eng^o Brasão de Freitas para administrador da Companhia de Transportes Marítimos, SARL.

- 2.2.1. A pedido do Ministro da Administração Interna iniciar-se-ã a discussão pela regulamentação da venda de ambulantes.
- 2.2.2. A proposta foi aprovada com alterações.
- 2.2.3. Considerou-se que o facto de o diploma dizer respeito a um grupo da população particularmente desfavorecida, justifica que o Conselho de Ministros se debruce sobre o diploma e que ofereça aos vendedores a garantia de que são por via legal se lhe imponham outras alterações.
- 2.3.1. Passou-se à discussão do projecto de D.L. que determina que revertam para o Estado o cativo líquido remanescente de todos os bens móveis e imóveis que pertenceram às extintas MP, LP, ANP, DGS..
- 2.3.2. O Ministro da Educação, propõe que a M.P. fosse objecto de diploma diferente pelo que tudo o que no diploma referia a MP foi excluído.
- 2.3.3. O projecto foi aprovado com emendas.
- 2.4.1. O Sr. Ministro das Finanças apresentou projecto de revisão do sistema fiscal, explicando que o fascamento proposto não traz quebra, em virtude de



jã não ter reflexos este ano.

2.4.2. Relativamente ao mesmo período do ano transacto, entraram jã nas Finanças, mais 30% das declarações do imposto.

2.4.3. O projecto foi aprovado por unanimidade com algumas correcções.

2.4.4. O Ministro sem Pasta Álvaro Cunhal manifestou o seu aplauso pela coerência dos princípios de justiça social que informam o presente diploma.

Fundação Cuidar o Futuro

2.5.1. Foi iniciada a discussão do projecto de diploma legal que instituiu a Comissão Nacional da FAO.

2.5.2. Tendo-se suscitado o problema de saber qual deveria ser o assunto legal da Comissão, pelo precedente que poderia abrir-se em relação à representação junto doutras agências especializadas da ONU, entendeu-se dever transferir a discussão para a próxima reunião de modo a poder contar-se com a presença dum representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2.6.1. Foi aprovado o esquema de preços proposto pelo Ministério da Economia relativamente aos preços dos combustíveis.

2.6.2. Foi igualmente aprovado por unanimidade o esquema de preços proposto para os adubos, embora reconhecendo os inconvenientes da medida.



- 2.7.1. Pelo Ministro sem Pasta Vitor Alves foi novamente colocado o problema da necessidade de missões internacionais para a URSS e a CEE.
- 2.7.2. O Ministro da Economia informou que os elementos sectoriais estão prontos e podem ser fornecidos ao Grupo de Trabalho constituído pelos Ministros sem Pasta.
- 2.7.3. O Ministro dos Assuntos Sociais coloca o problema de saber se é de facto a Europa que nos interessa ou se haverá outras vias que se nos abram, de signadamente a aliança com o Terceiro Mundo.
- 2.8. Em relação ao problema do horário de trabalho nacional, foi aprovada a proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho constituído pelos Ministros sem Pasta.
- 2.9.1. O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente informou não ter havido alteração da situação da TAP pelo que se mantém a actualidade das deliberações antes tomadas.
- 2.9.2. Relativamente ao Conselho de Administração a eleger, o Ministro do Equipamento solicitou a ajuda do Conselho para indicação de nomes e apreciação dos nomes já propostos.

Fundação Cuidar o Futuro



- 2.10.1. O Ministro dos Assuntos Sociais apresentou um projecto de diploma legal sobre as condições de acesso ao título profissional de enfermeiro.
- 2.10.2. Foi deliberado fazer uma nova tentativa de negociação na base da transformar as auxiliares em enfermeiras de 3^a. classe.
- 2.11. O Ministro do Equipamento informou o Conselho da situação da Empresa de Electricidade da Madeira, indicando ter sido enviada à Ilha da Madeira uma comissão interministerial para estudo da situação.
- 2.12. O Ministro da Economia informou o Conselho da situação reivindicativa do pessoal do Instituto de Cereais e nas pescas.
- 2.13.1. Foi apreciado o projecto de diploma que atribui a categoria de inspector-geral de obras públicas, a título vitalício, ao engenheiro nomeado para exercer o cargo de director-geral da Aeronautica Civil.
- 2.13.2. Foi sugerido que o problema da harmonização da expectativa do funcionário público que implica quase ser vitalício com a necessidade de certos cargos serem adoptados temporariamente, fosse estudado pelo Secretariado da Administração Pública.
- 2.13.3. A proposta foi aprovada por unanimidade.